



TERRITÓRIO: contributo sobre distintos olhares¹

Nilton Marques de Oliveira – UFT – Palmas – Tocantins - Brasil
niltonmarques@uft.edu.br

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discutir os conceitos de território nas diferentes áreas do conhecimento, entrelaçado às pesquisas recentes, fundamentadas nas contribuições de pesquisadores brasileiros. Para tanto, recorreu-se a um ferramental metodológico- exploratório e à literatura especializada. A questão central que move este artigo é saber como está o debate sobre território na pós-modernidade. Os principais resultados sugerem que o território pode ser entendido como um espaço definido e delimitado pela relação de poder, incluindo atores sociais, políticos e econômicos. Observou-se que alguns autores vinculam o conceito de território aos sentimentos e aos simbolismos atribuídos aos lugares. Conclui-se que o território é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, portanto, o território é o trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Palavras-Chave: território; pertencimento; economia; poder

TERRITORY: CONTRIBUTION ON DIFERENTE LOOKS

ABSTRACT: This paper aims to discuss the concepts of territory in different areas of knowledge, intertwined with recent research, based on the contributions of Brazilian researchers. For that, a methodological-exploratory tool and specialized literature was used. The central question that moves this paper is to know how the debate about territory is nowadays. The main results suggest that the territory can be understood as a defined and delimited space by the relation of power, including social, political, and economic players. It was observed that some authors link the territory concept to the feelings and symbolism attributed to the places. It can be concluded that territory is the feeling of belonging to what belongs to us, so the territory is the work, the residence place, place of material and spiritual exchanges, and life exercise.

Keywords: territory; belonging; economy; power.

INTRODUÇÃO

O território é um conceito multidimensional formado por diferentes dimensões, do qual a dimensão material, isto é, espaço físico-geográfico é uma delas, mas não a única, pois encontra-se, também a dimensão social, política, econômica, antropológica, entre outras. O território é a projeção de relações sociais em um dado espaço, ou seja, relações de poder que se materializa em um determinado substrato material, onde se concretiza as relações de poder, transformando-se, assim, em um território. O território é também um espaço de

¹ A primeira versão deste artigo foi apresentado no 57º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, no período de 21 a 25 de julho de 2019, na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus – Bahia. Este artigo contou com aporte financeiro da Propesq/UFT.

identidade, alicerçado nos sentimentos e pertencimentos (SOUZA, 2009; MEDEIROS, 2009).

Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo discutir os conceitos de território, para as diferentes áreas do conhecimento, entrelaçado às pesquisas recentes, fundamentadas nas contribuições de pesquisadores brasileiros, pois entende-se que estes conceitos são primordiais para sua compreensão. Dada a complexidade de análise sobre a definição de território, este artigo analisa o conceito sob múltiplos olhares, como: poder, pertencimento, forma simbólica, conflitos e processo de acumulação de capital. Para tanto, o presente estudo envolveu a análise de referenciais teóricos de autores da Geografia, História, Antropologia, Sociologia e Economia, que discutem a temática território. Dentre eles, Albagli (2004), Haesbaert (1997; 2004), Moraes (2005), Raffestin (1993), Saquet (2003, 2007) Sposito (2000, 2004), entre outros. As referências de literaturas são parciais e não têm a intenção de esgotar o assunto, pelo contrário, essa revisão auxilia em novos debates sobre o tema proposto.

O termo território refere-se a uma categoria geográfica elaborada historicamente e constitui um conceito consagrado nas ciências humanas. O vocábulo território é essencialmente polissêmico. Genericamente, é utilizado para designar uma extensão da superfície da Terra, na qual grupos sociais, instituições e indivíduos entram em disputa pela afirmação de seus interesses, de modo similar ao que ocorre entre os animais de uma mesma espécie (ALBAGLI, 2004).

O território tem sido objeto de estudo para compreender uma região, entender as disparidades regionais de renda, de capacidades e de desenvolvimento, tendo em várias partes do mundo, se constituído em objeto de investigação tanto para pesquisadores do desenvolvimento regional, territorial, do campo da geografia, ciência política, sociólogos quanto para gestores de políticas públicas (RAFFESTIN, 1993; ANDRADE, 1995; COULET, 2008).

O novo paradigma do território são as políticas que proporcionam redistribuição de renda, desconcentração da atividade econômica, criação de instituições e programas que têm como objetivo o desenvolvimento do território mais pobre. Nesse sentido, observam-se uma crescente necessidade de trocar informações, conhecimentos que auxiliem na compreensão dos conceitos de território nas suas dimensões sociais, econômicas, ambientais e políticas (BARBOSA, 1998; MORAES, 2005; JEZIORNY, 2016; OLIVEIRA e SILVA, 2017).

Segundo Courlet (2008), definir território é complexo em razão das múltiplas

dimensões que o caracterizam, passando por diversas escalas do global, nacional, regional, local e das capacidades humanas individuais. O território é um espaço definido e delimitado pela relação de poder, que inclui atores sociais, políticos e econômicos. O território pode ser compreendido como sinônimo de poder, sendo sinônimo também de diversidade. E é na diversidade dos territórios que se constroem novas identidades, às vezes, fazendo percurso contrário aos interesses dos grupos historicamente hegemônicos (COURLET, 2008).

Dessa forma, cada território é uma entidade imaterial que impregna o conjunto da vida em dado meio, com suas crenças, mitos, valores e experiências passadas, conscientes ou inconscientes, ritualizadas. Produz a ideia de pertencimento, que se refere ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas que garantem a apropriação e a permanência no território. Assim sendo, a questão central que move este artigo é saber como está o debate sobre território na pós-modernidade?

Isso posto, este artigo se utiliza de um ferramental metodológico exploratório à guisa da literatura, estando dividido em quatro partes, a saber: introdução; na segunda parte, discute-se os conceitos de território. Na terceira, o conceito de território é analisado sob distintos olhares do campo do saber por pesquisadores que utilizam o termo. As considerações finais resumizam o artigo.

DIALOGANDO COM O CONCEITO DE TERRITÓRIO

Esta seção tem por objetivo construir um diálogo com o conceito de território numa vertente clássica, o que já foi discutido e definido. Observa-se que o conceito de território é específico das análises geográficas, por referir-se às espacialidades humanas, no entanto Haesbaert (2004) aponta que o território, é também, investigado por outras áreas do conhecimento. Na economia, o termo território é entendido como fonte de recursos para acumulação de capital. Na ciência política, o termo é analisado a partir das relações de poder, relacionadas ao Estado. Na Antropologia, destaca-se sua dimensão simbólica, no estudo, sobretudo, das sociedades tradicionais. Na Sociologia, o seu papel de interventor nas relações sociais. E, na Psicologia o seu caráter subjetivo e pessoal, em uma escala individual, refletindo a identidade do sujeito (HAESBAERT, 2004).

De todos os campos de saber a geografia é que mais estuda o território nas palavras de Haesbaert (2004), ele sinaliza que há três leituras sobre o território na geografia. A primeira diz respeito da leitura política de território, que se refere à relação espaço-poder e

que é uma das concepções mais discutidas na geografia, poder que não necessariamente é exercido pelo Estado; na segunda diz respeito à economia de território, em que o mesmo é entendido como um recurso econômico, uma expansão do capital; por fim, a terceira diz respeito sobre a perspectiva cultural ou simbólica-cultural, esta vem sendo a mais explorada, na qual o território é visto como produto da apropriação simbólica, que um determinado grupo faz de um espaço. Reforçando a análise de poder, Souza (2013) assevera ainda que, embora o território seja um espaço definido e delimitado por relações de poder, não implicam apenas no poder exercido pelo uso de coerção da violência, mas sim do compreensão mútua e legitimidade por parte de quem o exerce e sobre o qual é exercido.

Para construção da definição de território, é necessário recorrer à origem etimológica do termo, que deriva do latim *terra* e *torium*, com significado de terra pertencente a alguém. No entanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Vinculando ao conceito da geografia política, o conceito de território pode assumir uma dimensão afetiva, segundo a renda, a raça, a religião, o sexo e a idade. Nesse mesmo raciocínio, Albagli (2004) diz que a discussão sobre território vem de muito tempo, tendo sido iniciada por conceitos voltados para a natureza, principalmente relacionados aos animais, ou às áreas geográficas, onde foram desencadeados os processos de ocupação.

Segundo Albagli (2004):

o território não se reduz então à sua dimensão material ou concreta; ele é, também, “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” que se projetam no espaço. É construído historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas: a casa, ao escritório, ao bairro, à cidade, à região, à nação, ao planeta. Daí que o território seja objeto de análise sob diferentes perspectivas – geográfica, antropológico-cultural, sociológica, econômica, jurídico-política e bioecológica (ALBAGLI, 2004, P.37).

Originalmente, o conceito de território teve como objeto de estudos as áreas da biologia, botânica e zoologia. No contexto do reino vegetal ou animal, não há território sem poder; o território pertence ao mais forte, que se impõe ao mais fraco. Nas ciências sociais, a discussão sobre território vem sendo muito estudada, desde o século XIX, por Ratzel (1990), muito preocupado com a função do Estado no controle do território. Daí a concepção do Estado como organismo vivo, dotado de vida própria e que se move de acordo com as necessidades biológicas, entre elas, a da sobrevivência e a da expansão (ANDRADE, 1995;

BARBOSA, 1998; COSTA, 1989). Ratzel (1990) defendia a ideia de território como “espaço vital”² para o desenvolvimento das civilizações, com um olhar “naturalizado” de território.

Conforme já dizia Ratzel (1990, p. 73-74):

Mesmo que a ciência política tenha ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro. [...]. Sem território, não se poderia compreender o incremento da potência e a solidez do Estado.

No entanto Sack (1986) advoga que o conceito de território não está unicamente ligado ao reino animal, para o autor, a territorialidade humana é mais sofisticada do que uma mera manifestação instintiva. Ela é “[...] a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos, e relações, delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica” (SACK, 1986, P.19). Este conceito está ligado ao espaço de atuação das pessoas, deixando o território restrito às áreas onde o seu controle pode atingir de forma direta. Tanto Sack (1986), quanto Albagli (2004) destacam ainda que a territorialidade é um conceito amplo, abrangendo uma escala infinita. Seguindo o pensamento de Sack (1986) a perspectiva de abordagem relacional do espaço sempre esteve presente na territorialidade humana com estratégia intencional de influência e controle espacial. Para Soares Junior e Santos (2018), essa abordagem relacional do espaço nas obras de Sack (1986) acabou por influenciar muitas publicações sobre a temática territorial, tornando-se referencial neste campo de estudos, sobretudo no que se refere aos efeitos e desdobramentos da territorialidade.

O território é, portanto, sistema físico e também sêmico (comunicação por linguagem e símbolos), que permeia as relações entre as pessoas e o espaço, contribuindo para a definição dessas relações e também sendo definido por elas. Continuando a análise de Soares Junior e Santos (2018) o território se constitui na esfera de ação no qual, indivíduos e grupos exercem sua territorialidade, isto é buscam influenciar, ou mesmo controlar, pessoas, fenômenos e relações. Dessa forma, a simples demarcação ou delimitação de um espaço geográfico não caracteriza a existência de um território. Este último só se manifesta quando suas delimitações e fronteiras são utilizadas para moldar comportamentos e controlar o acesso a recursos e poder. Para Sack (1986, p.19) “[...] diferentemente de outros tipos ordinários de lugar, territórios exigem constante esforço para o seu estabelecimento e manutenção [...]”. Nesta mesma linha Milton Santos (2006) reforça a ideia de que o território

² Sobre “espaço vital”, ver Ratzel (1990).

é híbrido, constituído de forma e conteúdo (inseparável), que vão muito além da simples presença e comunicação de fronteiras.

Continuando a discussão sobre a dimensão territorial, Claval (1999) coloca que a ideia de território se aplica a todas as escalas, desde uma peça em um escritório até a um Estado, e assim pode-se ver que há uma série de dimensões que influenciam a gênese, a dinâmica e a diferenciação dos territórios, tendo Albagli (2004) descrito algumas delas: a dimensão física, a econômica, a simbólica e a sociopolítica. Por outro lado, Haesbaert (2004) destaca que a palavra território fica bem próxima etimologicamente da palavra terror, no sentido de que as pessoas ficam com medo de não terem seu espaço, aquilo que podem chamar de seu, ou de não poderem entrar no território. Sendo assim, pode-se perceber que o território tem uma grande ligação com o poder - poder político, de posse, de propriedade, de dominação.

Assim, verifica-se que território está envolto na conquista dos indivíduos (quer seja pessoa física, jurídica ou o estado), conquista de um espaço onde possam viver conviver e ter seus relacionamentos. Destarte, o território representaria de forma afetiva o local que lhe pertence.

Deleuze e Guattari (1997) compreendem o território ligado à subjetividade individual e coletiva, evidenciando as dimensões culturais, econômicas e existenciais. Ocorre uma preocupação com o vivido, com as mudanças, ou seja, com o movimento que envolve cada situação espaço-tempo. Então o território não é só material, é imaterial também, relacional, psicossocial, totalidade e unidade.

Para Bourdieu (1989), Haesbaert (1997), Barbosa (1998) e Sposito (2000), os conceitos de território vinculam-se aos sentimentos e aos simbolismos atribuídos aos lugares, produzindo ideia de pertencimento, ou seja, produzindo a territorialidade, que se refere ao conjunto de práticas e a suas expressões materiais e simbólicas que garantem a apropriação e a permanência no território. O território, visto assim, refere-se a um espaço social definido, ocupado e utilizado por diferentes grupos sociais com sua prática de territorialidade ou o campo de força exercitado sobre o espaço pelas instituições dominantes.

Segundo Sposito (2004), na Geografia, há várias concepções de território que servem como “porta de entrada” para a discussão desse conceito, não sendo intenção detalhar cada uma delas. O enfoque que Sposito (2000, 2004) dá sobre o conceito de território diz respeito à territorialidade e à sua apreensão, mesmo que sua abordagem carregue forte conotação

cultural. A territorialidade, nesse caso, pertence ao mundo dos sentidos, portanto, da cultura, das interações cuja referência básica é a pessoa e sua capacidade de se localizar e se deslocar.

Seguindo o pensamento de Sposito (2004), o território deve ser analisado levando em consideração quatro concepções: a primeira é a naturalista, a segunda é mais voltada para o indivíduo e a terceira é quando se identifica outra abordagem de território, quando é confundido com espaço, e a quarta é aquela definida pelas transformações que a sociedade impõe à natureza.

Haesbaert (1997) agrupa as diferentes abordagens conceituais de território em três vertentes básicas:

- 1) jurídico-política – em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder;
- 2) cultural (ista), que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita pelo imaginário (crença, desejos, sentimentos);
- 3) econômica, muitas vezes economicista, que destaca a desterritorização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre as classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT, 1997, p. 39-40).

Todavia, sobre a discussão de território, Moraes (2005) argumenta que a formação territorial se articula numa dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica, num mesmo movimento, processos econômicos, políticos e culturais. O território material é referência para formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material pela apropriação e exploração dos lugares. O território é, concomitantemente, uma construção militar, política, econômica, jurídica e ainda uma construção ideológica que fundamenta uma identidade social e uma psicologia coletiva (SANTOS, 2006).

Para Moraes (2005) o território é visto como resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento. Zaoual (2006) advoga que cada território é uma entidade imaterial que impregna o conjunto da vida em dado meio, com suas crenças, mitos, valores e experiências passadas, conscientes ou inconscientes, ritualizadas. Ao lado desse aspecto feito de mitos e ritos, o território tem seus conhecimentos empíricos e/ou teóricos, de fato, um saber social acumulado durante sua trajetória.

Bourdieu (1989, p. 7-8) define território como poder simbólico, como “esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. O poder simbólico é um poder quase mágico,

que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força. Para o autor supracitado, esse poder simbólico pode constituir uma identidade territorial, ou seja, um conjunto concatenado de representações socioespaciais que dão certa homogeneidade, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive, que, com ele, se identifica.

A organização política das sociedades implica uma definição clara e explícita dos âmbitos de exercício de poder, ou seja, a conformação objetiva dos territórios. O cidadão – fonte de poder legítimo numa democracia³ – é o habitante de um país, condição que o insere na comunidade de interesses representada pela nação. Nesse sentido, o conceito de soberania popular deriva da cidadania (todo poder emana do povo), como aponta Foucault (2008) quando se refere aos habitantes de uma delimitada porção de espaço.

Porém, há necessidade de que tais habitantes interiorizem o sentimento de pertencimento a essa comunidade de interesses e que reproduzam a identidade nacional. Daí a doutrinação patriótica feita pelos aparelhos ideológicos do Estado, notadamente pelo sistema formal de ensino, como analisou Foucault (1985 e 1987), corpo disciplinado e dócil para reprodução do capital.

Têm-se, ainda, alguns elementos para discutir território, como a divisão do trabalho⁴, os movimentos da população, o surgimento das cidades e o aumento da produtividade. Esses elementos são característicos dos novos espaços organizados com a consolidação do Estado moderno e do conhecimento da dinâmica das relações de apropriação do território, que pode ser identificada pela existência da renda fundiária e pela sua exploração por parte dos capitalistas, pois são eles que ordenam o território.

No entanto, não se deve negar a grande contribuição para a elaboração do conceito de território de Raffestin (1993). Sua contribuição deve ser inicialmente analisada do ponto de vista do método, que parte, inicialmente, da confrontação dos conceitos de espaço e território. Segundo Raffestin (1993), “espaço e território não são termos equivalentes”. Assim, para ele:

É essencial compreender bem que espaço é anterior a território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa). Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço, mostra como é o mecanismo de passar do espaço ao território: A produção de um espaço, o

³ Sobre o processo de democracia e o conceito de república, consultar Aristóteles (1998) e Platão (1970).

⁴ A respeito da divisão do trabalho, ver “A Riquezas da Nações”, de Adam Smith (1996), que discute a divisão do trabalho, Ricardo (1996) sobre a renda fundiária e Marx(1996) sobre a divisão social e a exploração do trabalho, num contexto de acumulação capitalista.

território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estrada de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O território, na visão de Raffestin (1993), é um espaço em que se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. Nesse ponto, enfatiza-se uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos. Poder e território, embora conceitos construídos, cada um, com sua autonomia, doravante vão ser enfocados juntos para a consolidação do conceito de território.

Para Raffestin (1993), a ação das pessoas ou grupos no exercício do poder pode ser uma interação política, econômica, social e cultural, que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. “Isto conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território” (RAFFESTIN, 1993, p.150).

Seguindo o pensamento de Raffestin (1993), o Estado Federativo está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações, sejam elas na expansão de ocupação de novas fronteiras agrícolas, na construção de novas rodovias, hidrelétricas, ferrovias e na reprodução e ampliação do capital⁵ bem como no interesse das populações locais no seu desejo de emancipação política em relação ao Estado Federativo.

Procurando incorporar as ideias dos autores até aqui citados, ressalta-se que, segundo Sposito (2000, 2004), Saquet (2007) e Haesbaert (1997, 2004), o território é fonte de recursos e só assim pode ser compreendido quando analisado em sua relação com a sociedade e suas relações de produção, o que pode ser identificado pela indústria, pela agricultura, pela mineração, pela circulação de mercadorias, isto é, pelas diferentes maneiras que a sociedade utiliza para se apropriar e transformar a natureza.

Na concepção de Raffestin (1993), sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, o saber, a energia e a informação. Então, o poder é resultado da combinação alterável de energia e informação, como, por exemplo, o poder “remunerador”, que está estabelecido no domínio dos recursos materiais, salário, gratificações; o poder com intenso

⁵ Sobre a questão de ampliação e acumulação de capital, consultar Mészáros em “Para além do capital” (2011). Para o autor, o capital é incontrolável, sua função básica é expandir e acumular.

componente informacional, que é fundado sobre a manipulação de recursos simbólicos e religião.

Raffestin (1993) contribui para novas abordagens sobre território, no entanto não foi pioneiro na abordagem do conceito, sua contribuição centra no caráter político, e o mesmo utiliza de diferentes vertentes e posições, como H. Lefebvre, G. Deleuze, E. Soja, M. Foucault, K. Marx, F. Chesnais, entre outros.

Para que o poder exerça seu controle e dominação sobre os homens e as coisas, Raffestin (1993) utiliza-se de três trunfos: 1) a população - porque ela é a ascendência do poder, é o componente dinâmico de onde resulta a ação; 2) o território - “é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo, sendo o espaço político por excelência, o campo da ação do poder”; e 3) os recursos que definem os horizontes realizáveis de ação condicionam e atingem a ação. Em uma relação, um dos trunfos pode ser privilegiado, mas geralmente eles são mobilizados, ao mesmo tempo, em diversos graus.

Deste modo, Raffestin (1993) tenta romper com o tradicional conceito de que o território é algo ligado a um substrato material que representa apenas os limites de um solo dominado por um Estado. O território é também abstrato e, no seu interior, pode haver contradições, desigualdades, disputas e sobreposições de território e, apesar de formar uma totalidade, ele forma também uma unidade não homogênea. Raffestin faz parte da escola francesa, juntamente com G. Deleuze, F. Guattari, M. Foucault, H. Lefebvre e Piaget, que participaram da renovação da abordagem geográfica e territorial. O poder político sempre esteve ligado às ideias de Raffestin, assim diz ele:

O poder político é congruente a toda forma de organização. Ora, a geografia política, no sentido estrito do termo, deveria levar em consideração as organizações que se desenvolvem num quadro espaço-temporal e contribuem para se organizar ou [...] para se desorganizar (RAFFESTIN, 1993, p. 18).

Para compreender a multidimensão do poder, Raffestin (1993) utiliza preferencialmente Foucault (1985, 1987), já que a atuação do Estado está com outras dimensões do poder, incluindo as práticas e as relações sociais. Assim, o autor desenvolve um conceito em que o território é formado pelas relações de poder multidimensionais, e a territorialidade é o produto dessas relações.

Outra incursão de Raffestin (1993) é sobre o poder econômico. Para ele, a etimologia da palavra economia significa distribuição dos bens e dos serviços entre os seres humanos e que essa distribuição deveria ocorrer de forma igual e harmoniosa. O desenvolvimento dessa

estrutura econômica possibilita o abuso de poder de um em relação ao outro, sendo que o espaço e o tempo são fundamentais para compreender as relações de poder, já que eles se apresentam como suportes de recursos e triunfos.

Sobre a relação entre espaço e tempo, Saquet (2003) faz o seguinte comentário:

[...] não há uma homogeneidade do espaço, mas uma heterogeneidade de tempos e espaços em cada unidade espacial de análise [...] No processo de apropriação e produção do espaço geográfico, em que as partes se relacionam desigualmente entre si e com o todo, dá-se o desenvolvimento desigual entre lugares, atividades e pessoas no interior de uma sociedade cada vez mais mundializada. Os tempos são múltiplos. O novo não chega a todos os lugares no mesmo momento histórico. Aliás, é das desigualdades socioeconômicas e político-culturais, no espaço, que o capitalismo se renova de modo cada vez mais forte (SAQUET, 2003, p. 152).

Nas palavras de Galvão, França e Braga (2009), a sociedade está cada vez mais mundializada/globalizada, não havendo homogeneidade de tempos e espaços. As relações entre unidades que formam a totalidade dão origem a um desenvolvimento desigual entre os lugares, pois cada espaço apresenta um ritmo diferenciado de tempo, e as inovações e o desenvolvimento não atingem instantaneamente todos os lugares.

Raffestin (1993) diz que cada estrutura tem um tempo absoluto, e seu ritmo é definido por tempos relativos conforme cada estrutura particular. Para o autor, o mais importante é o tempo social da ação. Esse tempo social a que se refere é constituído por elementos que se formam no interior de uma sociedade, ou seja, pelos atores e pelo Estado, ou no conjunto de suas intenções ou finalidades. O poder não está aparentemente presente, mas ele faz parte de todo processo relacional: “[...] o Estado é uma organização como qualquer outra; simplesmente está investido de um peso enorme” (RAFFESTIN, 1993, p. 39).

Mas o Estado não é a única organização, há outras organizações que, como uma rede de mercados, também canalizam, bloqueiam, domesticam, se introduzem numa rede, numa malha, “criam um espaço de visibilidade no qual o poder vê sem ser visto⁶” (RAFFESTIN, 1993, p. 39).

Raffestin (1993) estabelece dois tipos de atores que inter-relacionam esse poder: os sintagmáticos e os paradigmáticos. O ator sintagmático, que é o Estado, no sentido *lato sensu*, é quando empreende uma reforma agrária, organiza o território, constrói rodovias, ferrovias,

⁶ A expressão “o poder vê, sem ser visto” é discutida em “Vigiar e Punir”, ver Foucault (1987).

entre outros investimentos. O paradigmático deriva de uma divisão classificatória operada com base em critérios que os indivíduos têm em comum.

No entanto, para atingir os objetivos de organizar um território, tanto o Estado quanto as organizações precisam se unir num campo de força, numa luta constante de poder, sendo necessário, então, promover estratégias, que são consequência da combinação de um conjunto de elementos a serem estabelecidos para chegar aos objetivos. A palavra estratégia, na teoria dos jogos⁷, adquiriu uma aplicação particular no sentido de uma descrição completa do comportamento que cada indivíduo ou organização tem em cada circunstância possível.

A organização e a dominação de um território dependem da circulação de informações e da amplitude dessa dominação. Para Raffestin (1993), a circulação de informações estabelece uma comunicação que ocorre num campo de poder e todo poder é desempenhado no campo da comunicação.

Raffestin (1993) utiliza alguns pensamentos de Foucault (1985, 1988) para explicar a multidimensionalidade das relações de força que formam o poder e as modificações ocorridas nas formas de poder. Nesse sentido, as discussões de poder ou as relações de poder são originárias das ideias de Foucault (1988). Ele inicia mostrando a diferença entre poder e Poder.

Na antiguidade, o poder (em minúsculo) oferecia o direito ao soberano sobre a vida e a morte; ele poderia dispor da vida dos seus escravos e filhos. Passando algum tempo, já não era permitido ao soberano o poder sobre a vida de forma direta. Segundo Foucault (1988, p. 148), nessa sociedade, o poder era “o direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida, culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la”.

Segundo Foucault (1988), a partir do século XVII, o poder sobre a vida passa a se desenvolver de duas formas principais: uma seria o corpo como máquina, o seu adestramento, a “sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (FOUCAULT, 1988, p. 151). A segunda forma, desenvolvida na metade do século XVIII, possibilita ao poder estabelecer as disciplinas do corpo e as regulações da população para sua sujeição. Esse polo de poder, segundo o autor,

centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, duração da vida, a longevidade, como todas as condições que podem fazê-los variar (FOUCAULT, 1988, p. 152).

⁷ “Teoria dos Jogos”, ver Nash, J. Equilibrium points in n-person games. Proceedings of the National Academy of the USA 36(1): 1950, p. 48-49.

Essa forma de adestramento e de bio-poder foram utilizadas pelas instituições como o exercício e a escola para exercer a disciplina. E por meio da demografia, estabelece as regulações da população. Assim, o bio-poder, a disciplina e o adestramento ajustam os corpos e os inserem nos sistemas produtivos, tornando-se um instrumento indispensável para o desenvolvimento e o crescimento do capitalismo (FOUCAULT, 1988).

O Poder, em maiúscula, segundo Foucault (1988), se refere à soberania do Estado, são fins que garantem a sujeição dos cidadãos ao Estado. Pretender que o poder seja o Estado disfarça o poder – em minúscula –, aquele que está presente em cada relação, na curva de cada ação, que utiliza as fissuras sociais para se infiltrar. O Poder (em maiúscula) é mais fácil de ser observado, ele é visível, maciço, identificável. No entanto, é mais influente o poder⁸ (em minúscula) que não se pode ver, que se manifesta em cada comunicação entre dois polos, fazendo face ou se confrontando um com o outro.

Segundo Galvão, França e Braga (2009), esses mecanismos de poder passaram por profundas modificações desde a época clássica. Esse tipo de poder passou a ser somente mais um componente entre as outras formas de incitação, de reforço, de controle, de vigilância e de organização das forças que lhe são submetidas.

CAMPO DE PESQUISA SOBRE TERRITÓRIO: DISTINTOS OLHARES

Nesta parte analisa o território nas recentes pesquisas de diferentes áreas do saber. A partir dos anos 1980, buscou-se superar a vinculação biológica que permeia o entendimento sobre o território, com a valorização das ações sociais. Entretanto, a compreensão desse conceito ainda oculta princípios que, forçosamente, remetem à territorialidade, que são as ações entre os agentes sociais, ao nível de relações hierarquizadas com forte apelo sintagmático (SANTOS, 2006). A territorialidade implica a capacidade de esses agentes produzirem e/ou organizarem sistematicamente territórios, segundo um projeto orientado por um agente hegemônico (ANTONSICH, 2011).

O conceito de território, na década de 90, ganhou novo significado, abarcando, para além do espaço físico e político, as relações que se estabelecem entre sujeitos e ambiente, a forma como a comunidade se organiza. Essa mudança na forma de entender o território teve implicações nas diferentes pesquisas aqui analisadas, passando pelas comunidades

⁸ O poder que não se vê, Foucault analisa no livro “Microfísica do Poder” (1985).

quilombolas, do campo da saúde-doença, do movimento do sem-teto, do desempenho econômico regional, da guerra e do agronegócio.

Rocha (2010) analisou a formação do território nacional e a luta das comunidades quilombolas pela sobrevivência de seus traços culturais e de seu modo de vida, os quais se produzem e reproduzem no território étnico. Concluiu que a condição que possibilitou a manutenção dos territórios étnicos foi a perpetuação da territorialidade quilombola. É preciso aplicar o dispositivo constitucional que assegura às comunidades o direito a suas terras, ao respeito pelos seus direitos culturais e ao reconhecimento plural, que advêm da autonomia de cada comunidade sobre seu território. Outra pesquisa sobre a comunidade quilombola se refere à Oliveira e Silva (2017) que analisaram as comunidades quilombolas, na dinâmica territorial, estas permaneceram esquecidas pela sociedade, pós-abolição da escravidão em 1888, assim, mesmo após a Constituição Federal de 1988, que criou a primeira legislação que atendia as demandas quilombolas, e trouxe a tona esses sujeitos, os debates a seu respeito ainda são tímidos. Dessa forma, as autoras, discutem o conceito de território, territorialidade e identidade territorial entrelaçado a realidade das comunidades quilombolas. Concluem que ao longo da reflexão verificou-se que, na compreensão da dinâmica territorial quilombola, os conceitos geográficos destacam-se e alicerçam as relações estabelecidas por essas comunidades com seu próprio núcleo e ou com o entorno e poder público.

Segundo Silva et al. (2017), a identidade do território é formada por toda sua trajetória, desde o modo de organização das suas práticas e serviços de saúde, por suas relações interpessoais, ambientais, econômicas e políticas, da responsabilidade, da atuação compartilhada. Silva et al. (2017) analisaram um Programa de Residência Multidisciplinar em Atenção Básica/Saúde da Família buscando correlacionar a concepção de território na perspectiva da saúde coletiva com a prática vivenciada. Para os autores, a maioria dos profissionais adentra a Atenção Básica da Saúde sem compreender as expectativas do território em que vão atuar, as necessidades, as fraquezas e as potencialidades daquela comunidade.

Segundo Souza e Teixeira (2009), a produção do espaço deve ser apreendida de modo a se considerar muito mais do que a sua dimensão material; aquela pressupõe, com efeito, todo o conjunto de práticas espaciais empreendidas pelos seus agentes modeladores. Os domínios do poder e do simbólico, respectivamente representados, em termos de

conceitos espaciais, pelas ideias de território e lugar, devem, portanto, ser tão enfatizados, quanto a produção material do espaço. Dessa maneira, os autores buscaram compreender como os agentes modeladores do espaço criam imagens espaciais (ou “representações socioespaciais”), fenômeno cuja ocorrência se dá frequentemente durante ou após o processo de territorialização. Esse fenômeno foi analisado com os movimentos sociais, os quais, geralmente, atribuem a seus territórios um significado político-simbólico ao nomear seus espaços, e foi isto o que ocorreu nessa pesquisa, em que os autores analisaram uma série de nomes de ocupações batizadas pelo movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro e em São Paulo, tendo como temática a ocupação do território.

Pintor (2010) analisou o território como espaço de estado por excelência e parece ter uma importância política crescente. Segundo o autor, o território deve ser interpretado como um efeito. Este “efeito territorial” pode ser mais bem entendido como resultado de práticas sociotécnicas em rede. Assim, longe de refutar ou falsificar as teorias de espacialidade da rede, o ressurgimento atual do território pode ser visto como um produto de redes relacionais. Com base em um estudo empírico sobre o monitoramento do desempenho econômico regional por meio da medição do valor agregado bruto (VAB), Pintor (2010) mostrou que “território” e “rede” não são, como se supõe frequentemente, princípios rivais e incomensuráveis de organização espacial, mas estão intimamente conectados. Seu objetivo foi mostrar o desenvolvimento regional pelo desempenho econômico, dessa forma, o território foi visto como um produto de redes relacionais.

Toft e Levy (2014) dizem que a partir da década de 1990 vem sendo produzida uma vasta literatura sobre a relação entre território e guerra. O que está claro é que o território tem sido e continuará a ser uma questão central na explicação da escalada e início da guerra e que tem características peculiares, um conflito que evolui e termina. Jeziorny (2016) analisa o território dos espaços rurais no marco dos processos de inovação que ocorreram na dinâmica da inovação no setor vitivinícola brasileiro, especificamente no “vale dos Vinhedos”. Sugere que os sistemas de governança surgiram em torno dos processos inovadores e das interações entre os diversos atores sociais, econômicos e institucionais presente naquele território.

Por fim, para Silva (2007), o território é visto como uma mercadoria que se abriga na noção de agronegócio. Os sujeitos sociopolíticos que melhor a representam no cenário nacional são intitulados ruralistas, rótulo esse que esconde denominações talvez menos confortáveis, como latifundiários e grileiros. Apesar disso, não são eles os protagonistas desse

campo, mas, sim, as corporações transnacionais do sistema agroalimentar global. O autor analisou também as pequenas comunidades rurais, formadas pelo pequeno produtor, comunidades indígenas, mestiças, posseiros, lavradores e populações tradicionais que orbitam nas franjas dos latifúndios e nos espaços marginais e isolados. Dessa forma, Silva (2007) contrói o território mediante a posse da terra como mercadoria-valor e sujeitos marginalizados.

Finalizando, nas palavras de Santos (2006), o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, ele tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo discutiu o conceito de território para as diferentes áreas do conhecimento, entrelaçado às pesquisas recentes, fundamentadas nas contribuições de pensadores brasileiros

Este artigo teve por objetivo analisar os conceitos de território sob múltiplos olhares, complementado no levantamento de algumas pesquisas recentes sobre o tema, como visto o território é compreendido como forma de poder, de pertencimento, de simbólico, de conflitos e de processo de acumulação de capital. Utilizou-se de um ferramental metodológico exploratório à guisa da literatura. Respondendo à questão do artigo, verificou-se que o debate que envolve a temática do território é vasto, partindo desde a geografia, biologia, indo para as ciências humanas, economia, sociologia, medicina e antropologia. O debate é profícuo, denso e se faz necessário entender a dinâmica de um determinado espaço territorializado. O território foi visto como um espaço definido e delimitado pela relação de poder, incluindo atores sociais, políticos e econômicos. Definir território foi uma tarefa desafiadora pela complexidade de suas dimensões e pontos de vista dos diversos autores.

Observou-se que território está intimamente ligado aos sentimentos e aos simbolismos atribuídos aos lugares. Espaço social definido, ocupado por diferentes grupos econômicos, sociais e políticos, onde é exercido um campo de força, onde o mais forte leva a palma e as instituições dominantes exercem seu poder. Este pode ser visto como parte do Estado, em que ele está sempre organizando o território por meio de novos recortes econômicos, de novas ligações, sejam elas rodovias, ferrovias e hidrovias. Ele não é,

somente, um reservatório de recursos, como entendiam os teóricos da economia regional, ele passou a ser visto como resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, que só pode ser desvendado pelo estudo de sua gênese, ou seja, sua cultura, sua história e sua identidade local.

Nas pesquisas levantadas sobre o uso do termo observou-se, que este está presente nas diferentes áreas do saber, implicando assim, a vasta utilização na academia. As pesquisas, aqui tratadas passaram pelo campo da saúde-doença, do movimento dos sem-teto, das comunidades quilombolas, do desempenho econômico regional, da guerra e do agronegócio. De forma resumida, território é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, sendo assim, o território é o trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S., Território e Territorialidade, In: LAGES, V., BRAGA, C. & MORELLI, G. **Territórios em movimento: Cultura e Identidade como estratégia de inserção competitiva**, Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília – DF: SEBRAE, 2004.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo, Hucitec; Recife, IPESP, 1995.

ANTONSICH, M. Repensando o território. **Progresso em Geografia Humana**, vol.35, n.3, pp.422-425, 2011.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 350p.

BARBOSA, Y. M. **As políticas territoriais e a criação do Estado do Tocantins**. 1998. 180f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CLAVAL, Paul. O Território na transição da modernidade, **Revista Géographies et Cultures** n. 20, 1996, Paris: L'Harmattan. Tradução e revisão de: Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rogério Haesbaert.

COSTA, Wanderley Messias. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1989.

COURLET, Claude. **L'Économie Territoriale**. Presses Universitaires de Grenoble, França, 2008.

DELUEZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caifa. São Paulo: Ed. 34, v.5, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1985, p. 145.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987, 288p.

FOUCAULT, Michel. **A História da sexualidade: a vontade de saber**. v. 1, ed. 2. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Albuquerque. Rio de Janeiro Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 295p. (Coleção tópicos).

GALVÃO, Ana Rúbia Gagliotto; FRANÇA, Francieli Mezzomo; BRAGA, Luís Carlos. O território e a territorialidade: contribuições de Claude Raffestin. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SOUZA, Edson Belo Clemente (Orgs.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 144p.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

JEZIORNY, D. L. Território, innovación y desarrollo rural. El caso del território brasileño del Vale dos Vinhedos. *Revista Internacional de Sociologia*. Vol. 74, n.3, 2016. <http://dx.doi.org/10.3989/ris.2016.74.3.041>

MARX, Kal. **O Capital: crítica da economia política**. v. I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção os Economistas).

MEDEIROS, R.M.V. Território, espaço e identidade. In: SAQUET, M.A e SPOSITO, S. (Orgs.). **Território e territorialidades, teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular. 2009, pp. 217-228.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011. 1096p.

MORAES, Antônio Carlos. **Território e História no Brasil**, 2ª. Ed., São Paulo: Annablume, 2005.

NASH, John. Equilibrium points in n-person games. **Proceedings of the National Academy of the USA**. V. 36 n.1, p. 48-49, 1950.

OLIVERIA, A.R.S.; SILVA, C.H. Território, Territorialidade e Identidade Territorial: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico. **Caderno de Geografia**, v.27, n.49, 2017.

PINTOR, Joe. Repensando o Território. **Antipode**. Vol.42. n.5 pp.1090-1118, novembro de 2010.

PLATÃO. **Diálogos**: III: A República /. Rio de Janeiro: edições de Ouro, 1970. 415 p. (Clássicos de Ouro).

RAFFESTIN, Cluade. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem: (antropogeografia). In: MORAES, Antônio Carlos (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção os Economistas).

ROCHA, Gabriela de Freitas Figueiredo. A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar. **E-cadernos ces**, [online] vol. 7, 2010.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: Esr Edições, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA et. al. Ressignificando o conceito de território: Relato de experiência na residência multiprofissional em atenção básica/saúde da família. **Anais...** Congresso Internacional de Políticas Públicas para a América Latina: univali-Itajai – SC, v.3, n.1, 2007.

SILVA, Carlos E. Mazzetto. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Geografias Artigos Científico**. Vol 3. n. 1 pp. 46-63, janeiro-julho de 2007.

SMITH, A. **A Riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção os Economistas).

SOARES JR. A. Q.; SANTOS, M.A. A Territorialidade e o Território na Obra de Robert David Sack. **Geografia (Londrina)** v. 27, n.1, 2018, pp. 07-25.

SOUZA, M. L. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M.A e SPOSITO, S. (Orgs.). **Território e territorialidades, teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular. 2009, pp. 57-72.

SOUZA, M. L. Território e (des) territorialização. In: SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. cap. 4, p. 77-110.

SOUZA, Marcelo L.; TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: Territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto. **Cidades revista científica**, V.6, n.9, 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Contribuição à metodologia de ensino do pensamento geográfico**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000 (Tese de Livre Docência).

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs.) **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

TOFT, Mônica Duffy Buhaug; LEVY, Jacks. Território e Guerra. **Revista de pesquisa da Paz**. Vol. 51, n.2, pp-185-198, março de 2014.

ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução do pensamento pós-global; tradução de Michel Thiollent. – Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

Nilton Marques de Oliveira - Economista pela UEM, Mestre em Economia Aplicada pela UFV e Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE, Toledo - PR. Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e do curso de Ciências Econômica da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Líder do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional e Territorial do Centro Norte do Brasil (DRT - Centro Norte).

Recebido para publicação em 03 de dezembro de 2020.

Aceito para publicação em 09 de março 2020.

Publicado em 30 de março de 2020.